



LIDO NO EXPEDIENTE Nº 21 15/08/2009  
Assinatura do Presidente

**PARECER DA COMISSÃO DE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 037/2009-L, -  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A  
CASA DE ACOLHIMENTO AO PACIENTE  
ONCOLÓGICO DO SUDOESTE DA BAHIA.**

**APROVADO**  
17/09/2009

## RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que Declara de Utilidade Pública A Casa de Acolhimento ao Paciente Oncológico do Sudoeste da Bahia.

Acompanha a propositura de Lei em tela justificativa no sentido de que a referida entidade desempenha um papel de defesa do interesse público, ainda que não se constitua como órgão público, na medida em que desempenha funções sociais de promoção dos associados e da sociedade em geral, o que pode ser corroborado pela própria constituição estatutária da entidade, cópia em anexo.

## VOTO

A Utilidade Pública tem sido um caráter distintivo de determinados organismos civis que deverasmente desempenham um papel social de monta junto à comunidade, contribuindo para o desenvolvimento das atividades sociais dos mais diversos matizes, principalmente no campo da assistência social, esporte e cultura, esta entendida no seu sentido mais amplo.

A Lei Municipal nº 425/1998, que estabelece critérios para recebimento de verba oriunda de subvenções sociais e para reconhecimento de entidades como utilidade pública municipal, em seu art. 2º, elenca os requisitos necessários para o pleito apresentado no presente Projeto de Lei:

- Ter pelo menos 01 (um) ano de existência e prestação de serviço a comunidade que deve ser atestado por 03 (três) entidades já reconhecidas de utilidade pública;
- Cópia da ata e do estatuto registro no cartório de títulos e documentos;
- Comprovação de personalidade jurídica da entidade (cnpj);
- Ofício solicitando da câmara e reconhecimento de utilidade pública;
- Relação de como é composta a diretoria.

Pelo exame da documentação acostada ao projeto, constata-se que a Associação de Agricultores Familiares de Poço Cumprido e Matinha cumpre com todas as

*[Handwritten signature]*



Câmara Municipal de  
Vitória da Conquista

Respeito ao Cidadão

2009 - 2010

## Secretaria Geral

exigências legais para que lhe seja conferida a Declaração de Utilidade Pública, sem qualquer óbice.

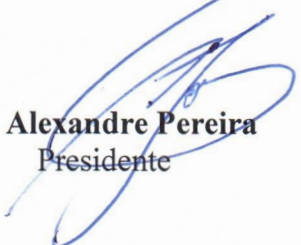
Em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo.

### PARECER:

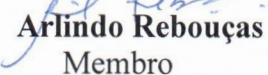
Tendo em vista que o Projeto de Lei encontra-se de acordo com os dispositivos legais e devidamente obedecidas a competência em razão da matéria, primando pela boa e concisa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei 037//2009-L.

Plenário Carmem Lúcia, 15 de setembro de 2008.

### Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

  
**Alexandre Pereira**  
Presidente

  
**Ademir Abreu**  
Relator

  
**Arlindo Rebouças**  
Membro